



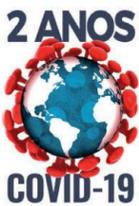
# Busca pelo consenso para decretar endemia

Movimento de Queiroga é para convencer os demais Poderes e outras autoridades de que o Brasil pode sair do status de pandemia, ainda mantido pela OMS. Especialistas, porém, veem precipitação, pois número de mortos e casos continua alto

» MARIA EDUARDA CARDIM

Diante do avanço da flexibilização das restrições contra a covid-19, o Brasil caminha para pôr fim à chamada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, decretada em fevereiro de 2020. É o que indica o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que, ontem, voltou a falar sobre a possibilidade, mas sem a pressa que foi cobrada pelo presidente Jair Bolsonaro, há poucos dias.

“Nós rumamos para pôr fim a essa emergência sanitária. É uma prerrogativa do ministro, por meio de um ato, mas o ministro não vai tomar essa decisão sozinho. Vai tomar ouvindo as secretarias municipais e estaduais de Saúde, os outros ministérios, os outros Poderes, para que transmitamos segurança para nossa população”, afirmou o ministro, em Belo Horizonte.



Queiroga vem fazendo esse trabalho de convencimento há alguns dias. Para tentar fechar um consenso, ele se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para discutir a flexibilização das restrições.

Apesar de dar a impressão de que deseja saber a opinião de integrantes do Legislativo e do Judiciário sobre a possibilidade de levantar as restrições, a posição de Queiroga está consolidada. “Estamos, hoje, com a pandemia em um cenário de desaceleração franca, em todas as regiões do Brasil. Temos vários estados e municípios onde a pandemia está sob controle, tanto é assim que em mais de 16 estados já se

flexibilizou o uso da máscara”, ressaltou. Na quinta-feira (17), o estado de São Paulo desobrigou a proteção em locais fechados, com exceção do transporte público e das unidades de saúde.

## Imprudência

Na visão de especialistas, rebaixar o status da emergência de saúde pública é precipitado. “Ainda é cedo para rebaixar o status de pandemia. Estamos assistindo ao recrudescimento em outras partes do mundo. Acho que é um pouco cedo para falar nisso e devemos esperar a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS)”, avaliou o secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Junqueira. Na China e em alguns países da Europa houve um aumento de casos de infecção pelo coronavírus, a ponto de as autoridades governamentais estudarem a retomada das restrições.

A epidemiologista Ethel Maciel, pós-doutora pela Universidade Johns Hopkins e professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), concorda com o secretário e acredita que não há indicadores consensuais para indicação de controle da doença no Brasil. “Acho que nesse momento, é precipitada a retirada de emergência de importância nacional, até porque não foi retirada a emergência de importância internacional pela OMS. Nós temos indicadores ainda muito altos. Estamos com uma média de 400 óbitos por dia. É muita gente morrendo para se dizer que há o controle da pandemia e mudar esse status”, criticou.

Paula Bittar/MS



Queiroga afirma que pretende uma decisão consensual, apesar de enfatizar que a vacinação conseguiu conter a covid no país

## Anvisa aprova mais 2; já são 11 autotestes

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, nesta semana, o registro de mais dois autotestes para covid-19. No total, até o momento, 11 exames desse tipo foram registrados pela entidade reguladora e podem ser vendidos no Brasil.

De acordo com o diretor de Novos Negócios da RD-RaiaDrogasil, Luiz Alberto Ratto, a rede de farmácias já vendeu mais de 20 mil exames desde 4 de março, quando começaram as vendas em São Paulo e nos canais digitais — os autotestes não podem ser vendidos pelos canais tradicionais de e-commerce, apenas por sites especializados. “Nossa expectativa é

crescer ainda mais este número, assim que todas as farmácias estiverem abastecidas”, disse.

A empresa brasileira CPMH Produtos Hospitalares, primeira autorizada pela Anvisa a vender autotestes de covid-19 no Brasil, entregou 5 milhões de unidades para redes de farmácia e lojas de artigos médicos.

Dos testes aprovados, 10 utilizam amostras de secreção do nariz para detectar o novo coronavírus e apenas um utiliza saliva para fazer a detecção. Os dois novos autotestes registrados pela Anvisa utilizam amostras de swab nasal. Um deles vendida será embalagens com apenas um

autoteste e o outro disponibilizará a opção de compra também de uma caixa com quatro exames.

### Boa receptividade

A autorização para venda de autotestes no país foi decidida pelo Ministério da Saúde diante do aumento de casos e da alta transmissão do novo coronavírus, em janeiro. Atualmente, no entanto, o cenário da covid-19 no país é mais controlado. Os exames, que já estão disponíveis ao público nas farmácias e páginas especializadas na internet, têm tido boa receptividade.

O primeiro autoteste de

covid-19 foi aprovado pela Anvisa em 17 de fevereiro. O aval para o registro ocorreu 20 dias depois de a diretoria colegiada da agência aprovar, por unanimidade, a venda desse tipo de exame no Brasil, atendendo o pedido feito pelo ministério em janeiro passado.

Apesar de dar a impressão de que deseja saber a opinião de integrantes do Legislativo e do Judiciário sobre a possibilidade de levantar as restrições, a posição de Queiroga está consolidada. “Estamos, hoje, com a pandemia em um cenário de desaceleração franca, em todas as regiões do Brasil. Temos vários estados e municípios onde a pandemia está sob controle, tanto é assim que em mais de 16 estados já se

## CENSURA

# MP pede retirada de restrição a filme

O Ministério Público Federal requereu judicialmente suspensão da censura imposta pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública ao filme *Como se tornar o pior aluno da escola* — baseado no livro homônimo do apresentador de TV e humorista Danilo Gentili. A Procuradoria da República no Rio de Janeiro quer suspender imediatamente e, depois, derrubar o despacho da Secretaria Nacional do Consumidor — órgão vinculado à pasta chefiada por Anderson Torres —, que determinou que plataformas de streaming suspendessem a exibição do filme, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil.

O MPF classifica o ato do

ministério como censura por “impedir a coletividade de consumidores de exercer sua autonomia de escolha”. Segundo o procurador Claudio Gheventer, o objetivo da ação apresentada à Justiça Federal é “corrigir uma violação à liberdade de expressão artística”.

“A liberdade de criação artística é garantida pela Constituição Federal e a censura a uma obra só pode ser admitida em hipóteses excepcionabilíssimas, em que configurado ilícito penal, e somente pelas autoridades competentes”, ressalta a Procuradoria.

A censura foi imposta após o deputado Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP) compartilhar

Ed Alves/CB/D.A Press



Filho 03 do presidente compartilhou um trecho da polêmica cena e desencadeou a censura

uma cena editada da comédia alegando que ela faz “apologia à pedofilia”. O trecho retrata os dois protagonistas adolescentes sendo constrangidos por um adulto — personagem interpretado pelo ator Fábio Porchat — a

praticarem-lhe atos de masturbação. No filme, os garotos fogem, mas tal fragmento foi cortado do vídeo publicado pelo parlamentar.

Quando foi lançado, em 2017, o próprio ministério atribuiu

classificação indicativa para maiores de 14 anos. À época, segundo a pasta, o filme tinha “contexto cômico e caricato”. Após censurar a obra, elevou a classificação indicativa para 18 anos.

### » DNA de pessoas sem identificação

O Ministério da Justiça abriu uma campanha nacional para coleta de DNA de pessoas vivas, mas sem identificação. A coordenação ficará a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em parceria com as secretarias estaduais de segurança pública dos estados e do Distrito Federal. Segundo a pasta, o foco será em ambientes de internação ou de acolhimento — a instituição onde essas pessoas se encontram é que fará a ponte com a equipe responsável pela campanha. Uma vez localizado alguém sem identificação, a ele será indagado se quer ceder material genético. Segundo o ministério, a coleta é voluntária. Para o consentimento, futuro identificado terá de assinar um termo de responsabilidade.